

EM DEFESA DAS E DOS DOCENTES, DA UNIVERSIDADE PÚBLICA, DOS DIREITOS SOCIAIS E DA DEMOCRACIA

Já há algum tempo temos sentido os efeitos perversos da imposição do produtivismo acadêmico e do pensamento gerencial em nosso cotidiano de trabalho. As exigências têm sido cada vez maiores e vêm de todos os lados: agências de fomento, Reitoria, comissões centrais e instâncias acadêmico-administrativas das unidades da USP, além dos processos de pretensa avaliação meritocrática. Identifica-se cada vez mais no conjunto de docentes a sobrecarga de trabalho, o sentimento de constante inadequação, o aumento do estresse e do adoecimento laboral.

As esferas de poder na Universidade, contaminadas pelos slogans privatistas do empreendedorismo, da inovação, do patenteamento e da comoditização do conhecimento, vêm convertendo o ambiente de trabalho em um espaço de disputa e competição, interunidades, entre departamentos e entre colegas.

Paulatinamente, relações mais democráticas, de cooperação e solidariedade, bem como os direitos conquistados pela luta coletiva que tais relações proporcionam, são vistos como ultrapassados, como empecilhos a uma suposta “modernização do mundo acadêmico”.

Essa modernização conservadora, conduz a uma espécie de liberalismo acadêmico que, estruturado na flexibilização do RDIDP e no contínuo arrocho salarial, promove uma busca por projetos de cunho privado, com fundações privadas e por cursos pagos, estimulada pelas administrações universitárias sob o pomposo rótulo da inovação.

Nesse processo de privatização, a Universidade vai assumindo um caráter empresarial que se evidencia na transformação das relações e na precarização das condições de trabalho, na



ELEIÇÕES ADUSP 2023

**EM DEFESA DAS E DOS DOCENTES, DA
UNIVERSIDADE PÚBLICA, DOS DIREITOS
SOCIAIS E DA DEMOCRACIA**

falta de estabilidade, na diminuição do corpo docente e do pessoal técnico-administrativo, nos processos de aferição de produtividade, na cobrança por resultados. A eficiência desse modelo de universidade se mede por padrões quantitativos, comparativos, por ranqueamentos e punições/premiações. O trabalho acadêmico, as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, deixam de ser valorizadas no escopo do cumprimento da função social da universidade e passam a ser qualificadas pela sua capacidade de captação de recursos.

No mesmo movimento, abandonando aspectos fundamentais de sua autonomia e por ausência de democracia interna efetiva, a universidade vai sendo transformada, sem que sequer sua comunidade o discuta, de uma instituição de produção cultural e de conhecimento crítico em uma organização prestadora de serviços associados aos interesses políticos, sociais e econômicos da classe dominante do país. Por decorrência, conforma-se um modelo de universidade que se estrutura em termos excludentes e ignora sua responsabilidade com os graves problemas que afetam as bases da sociedade na qual está inserida.

A falta de democracia e de transparência das comissões e dos órgãos colegiados, incluindo a equidade de acesso aos seus postos de representação – a USP sequer cumpre o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) acerca da constituição desses colegiados – contribui para que prevaleça a ideia de que de nada adianta reagir, de nada adianta se envolver nas lutas coletivas, desprestigiadas como se fossem coisas do passado. No entanto, fica cada vez mais claro que sem a organização coletiva não há possibilidade de reversão desse quadro.

Se não lutarmos e construirmos uma resistência que pratique e estimule a solidariedade, ao invés da competição, bem como valorize os

direitos conquistados, será cada vez mais difícil recompor nossos salários, valorizar a carreira docente; conquistar a democratização da USP, resistir à forma injusta e arbitrária com que atuam as comissões centrais, enfrentar a precarização das condições de vida e trabalho.

Nesta perspectiva é essencial que o corpo docente, na condição social e jurídica de trabalhadores e trabalhadoras, alie suas angústias àquelas vivenciadas pela(o)s demais servidora(e)s e trabalhadora(e)s terceirizada(o)s, sobre a(o)s quais os efeitos da apologia e de práticas neoliberais surtem efeitos ainda mais danosos. Assim, é crucial que se atue, igualmente, na defesa dos direitos e interesses dessas pessoas, colegas de trabalho, para que a consciência acerca dos males da precarização não se esvaia em condutas que, concretamente, reproduzem e reforçam as estratégias de dominação de classe, que também se sustentam no racismo e em opressões de gênero. Neste sentido, impõe-se buscar a eliminação da terceirização no âmbito da universidade por se tratar de prática incompatível com uma instituição de ensino público pautada pela prevalência dos Direitos Humanos.

A necessária reversão desse processo exigirá disposição de luta, em termos coletivos e solidários. No manifesto **Em defesa das e dos docentes, da universidade pública, dos direitos sociais e da democracia**, um conjunto de colegas expressou a necessidade de construir um programa e de formar uma chapa para concorrer às eleições para a Diretoria da Adusp, que dê continuidade às ações da atual gestão no enfrentamento desse projeto privatizante e dos muitos ataques aos direitos sociais e à universidade pública.

Como fruto dessa discussão, apresentamos o programa e a nominata da nossa chapa que concorre às eleições para a Diretoria da Adusp, biênio 2023/25.

**DIAS 10 E 11 DE MAIO VOTE NAS ELEIÇÕES
PARA A DIRETORIA DA ADUSP**

PROGRAMA

A. DOCENTES

Condições de vida e trabalho

A diminuição do corpo docente, sua reposição em número muito insuficiente e a pretensão de que departamentos e unidades concorram pelos claros docentes, forcem mudanças curriculares reductoras e impostas de cima para baixo em função dos critérios arbitrários de cada ocasião. Nesse sentido, comprometemo-nos com o que segue.

1. Luta pela reposição dos claros resultantes de aposentadorias, rescisões e mortes, priorizando num primeiro momento os cursos com risco de fechamento por falta de docentes. Pela abertura imediata de concursos para repor esses claros, e em número suficiente para evitar que continue a prática de dissimular a falta de docentes por meios da utilização de doutoranda(o)s e pós-doutoranda(o)s para cumprir carga didática. Pela ampliação do quadro docente condizente com a função social da Universidade e com a expansão à qual a USP foi submetida nas últimas décadas.
2. Defesa do RDIDP como regime preferencial de trabalho da(o)s professora(e)s. Reafirmação de que a USP propicie um quadro docente contratado por concurso público e com condições de atuar de forma articulada no ensino, na pesquisa e na extensão.
3. Em face das dificuldades enfrentadas por docentes, funcionária(o)s e estudantes durante a pandemia de Covid-19, exigir o monitoramento epidemiológico contínuo, a elaboração de diagnósticos dos agravos pós-pandemia sobre as condições de vida, a saúde física e mental. E também sobre as reformas e ampliações de infraestrutura física necessárias, mais evidenciadas por conta da pandemia, seguiremos em defesa de adequadas e seguras condições de trabalho.
4. Exigência de que a Reitoria respeite a(o)s servidora(e)s — docentes e funcionária(o)s técnico-administrativa(o)s — que trabalham em condições de insalubridade e periculosidade, garantindo os direitos dessa(e)s trabalhadora(e)s.

Avaliação e Carreira

5. Defesa da avaliação docente – diagnóstica e contextualizada – por meio de processos descentralizados, democráticos, de caráter não punitivo, que favoreçam o trabalho acadêmico e científico de qualidade e socialmente referenciado.
6. Rejeição da perspectiva de aferição do desempenho acadêmico em bases produtivistas, reproduzida pelas agências de fomento e adotada pelas sucessivas reitorias, pelas comissões centrais de avaliação da USP e pela CERT, por não incentivar a reflexão crítica e pausada e promover a competição degradante, sacrificando o pleno desenvolvimento e a qualidade do trabalho acadêmico em termos colaborativos.
7. Adoção de uma avaliação do estágio probatório centrada nos departamentos ou órgãos equivalentes e unidades, sem intervenções arbitrárias de comissões centrais, que devem funcionar apenas como instâncias de recurso. Tal avaliação deve ter por base a análise qualitativa e global das atividades de ensino, pesquisa, extensão e engajamento institucional.
8. Defesa do encerramento do período experimental para docentes que ingressaram antes de 23/01/2017 e cujos relatórios tenham sido aprovados por suas respectivas unidades. Mudanças de regime de trabalho não podem implicar em novo período experimental.
9. Acompanhamento atento e crítico do proces-

so da pretensa avaliação em curso, juntamente com a defesa do protagonismo e da autonomia dos departamentos ou órgãos equivalentes e unidades. Combate a qualquer tentativa de ranqueamento de colegas para fins de progressão na carreira ou para a concessão de bônus ou prêmios.

10. Luta pela revogação do atual Estatuto do Docente e do Regimento Interno da nova Comissão Permanente de Avaliação (CPA), que visam exercer controle e direcionar a atividade docente, prejudicando o exercício do trabalho acadêmico de qualidade e o cumprimento da função social da Universidade.
11. Luta pela extinção da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), composta por 13 membros escolhidos única e exclusivamente pelo reitor, pelo seu histórico de atuação arbitrária, punitiva e danosa para o ambiente acadêmico e para as relações de trabalho.
12. Revisão ampla da carreira docente, desvinculando-a da estrutura de poder. A progressão na carreira deve se dar por critérios públicos, claros e amplamente debatidos, atribuindo-se importância efetiva ao ensino e à extensão, em processos que se encerram nas unidades.
13. Criação da figura do(a) professor(a) pleno(a), tal como formulada no Congresso Paritário da USP de 1987, com mesmos direitos e atribuições de um(a) professor(a) titular. A ascensão a este nível da carreira estará aberta a docentes da USP e seguirá as mesmas regras de um concurso para titular, sem que haja cargo público envolvido.
14. Luta para que as questões de gênero sejam consideradas em todos os processos de ingresso e avaliação na carreira docente, em especial para as mulheres responsáveis pelo cuidado de outras pessoas. Que não se exija a apresentação de relatórios de atividades durante o período de licença maternidade, assim como seus prazos para entrega sejam estendidos.
15. Luta pelo estabelecimento de políticas de ações afirmativas e pela reserva de vagas para inclusão e permanência de pessoas pretas, pardas, indígenas e com deficiência, nos concursos públicos para docentes e servidora(e)s técnico-administrativa(o)s, com ampliação para pessoas transgênero.
16. Defesa de uma política salarial para docentes e funcionária(o)s técnico-administrativa(o)s que garanta a manutenção do poder aquisitivo dos salários e a recuperação de perdas históricas às quais foram submetida(o)s por sucessivas reitorias. Luta pela elaboração de um plano de recomposição salarial que leve em conta tais perdas históricas.
17. Luta, em conjunto com a(o)s docentes da Unesp e da Unicamp, pela valorização salarial dos níveis iniciais da carreira.
18. Combate às iniciativas que descaracterizam os salários e que contribuam para a quebra de isonomia salarial entre a(o)s docentes em atividade contratual e a(o)s aposentada(o)s. Toda e qualquer quebra causada por esse tipo de propostas acabará desfavorecendo principalmente quem aparentemente seria beneficiada(o): colegas que não terão aposentadoria integral com paridade.
19. Questionamento sobre a adoção de gratificações ou premiações, mais uma vez utilizada pela Reitoria, que além de quebrar a isonomia, trata-se de um mecanismo que exclui colegas, acirra a competição interna, prejudicando o trabalho coletivo e atenta contra a ordem jurídico-trabalhista.
20. Incorporação aos salários dos valores integrais dos cartões alimentação e refeição, inclusive para as pessoas aposentadas.
21. Luta pelo repasse integral do percentual de 9,57% referente ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-Quota-Parte do Estado (ICMS-QPE), uma vez que o cálculo atual tem sido feito sobre um valor que já sofre descontos significativos, como aqueles destinados a programas de habitação e a partes da dívida

Salários

ativa, entre outros. Tais descontos indevidos devem deixar de ocorrer.

Previdência

22. Luta pela ampliação dos direitos previdenciários de docentes e funcionária(o)s técnico-administrativa(o)s, com o objetivo de reconquistar a garantia de integralidade e paridade dos proventos de aposentadoria.
23. Contra a retirada de direitos por ocasião da aposentadoria, como fez o governo Doria-Garcia, ao aumentar em plena pandemia o desconto previdenciário das pessoas aposentadas, que depois de muita luta se conseguiu reverter, mas apenas para as pessoas que recebem até o teto do INSS.
24. Luta pela revogação da Reforma Administrativa de 1998 e das Reformas da Previdência de 2003 e 2019.

B. UNIVERSIDADE

Democratização e a transparência orçamentária e administrativa

1. Defesa de uma Estatuinte Exclusiva, Soberana e Paritária, que elabore um novo estatuto para a USP, visando à sua efetiva democratização.
2. Luta por uma gestão democrática na Universidade, com representação paritária das três categorias em todos os seus órgãos colegiados, denunciando que a USP sequer respeita o previsto no artigo 56 da LDB para a composição desses órgãos.
3. Defesa de eleições diretas e paritárias para reitor(a) e diretora(e)s de unidade. Pelo fim da lista tríplice e que os processos eleitorais sejam de competência da universidade, de forma autônoma e independente do Executivo estadual. Pela abolição da exigência de titularidade para tais candidaturas.
4. Defesa de que presidenta(e)s de comissões estatutárias sejam eleita(o)s entre seus pares.

5. Abertura das contas da USP, com a publicação detalhada e completa e atualização sistemática dos dados referentes a todas as receitas e despesas.

6. Exigência de que todas as instâncias da USP cumpram efetivamente a lei de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011).
7. Combate a práticas de gestão empresarial e privatista da Universidade não condizentes com a natureza e a destinação social do trabalho acadêmico.
8. Contra a institucionalização da prática de realizar reuniões de dirigentes como espaço deliberativo da USP, por ser instância paralela e que esvazia o Conselho Universitário (Co), cuja composição já exclui a ampla maioria da comunidade universitária.
9. Defesa da autonomia didática e de gestão financeira, com financiamento público adequado.
10. Luta contra a privatização do conhecimento, das ciências e tecnologias conforme previsto na Lei 13.243/2016 (Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação) e seus impactos negativos sobre a universidade e a carreira docente.

11. Luta pela criação e implementação de Conselhos Comunitários, nos quais entidades representativas do movimento social e popular locais sejam convidadas a participar e onde se pratique avaliação contínua da atuação das unidades da USP sobre seu entorno.

Questões de segurança

12. Pela revogação do convênio entre a USP e a Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo, que contribui para a militarização dos campi e o uso da violência policial autorizado pela Reitoria. Contra a instalação de bases da Polícia Militar dentro dos campi.
13. Pela democratização das formulações referentes ao papel e dimensionamento da Superintendência de Prevenção e Proteção Universitária e da Guarda Universitária. Contra a

terceirização da segurança dos campi da USP.

14. Pela criação de fóruns para construção de propostas de segurança que envolvam toda a comunidade, interna e externa à USP.

As diversas formas de violência

15. Contra todas as formas de violência de gênero, sexual, racial, geracional, capacitista, religiosa e moral na Universidade, fortalecendo as iniciativas institucionais e não-institucionais que proporcionem orientação e acolhimento às vítimas.
16. Luta para que a USP implante um Centro de Referência para atendimento às vítimas de violência, com profissionais que garantam atendimento médico, de enfermagem, psicológico, jurídico e de assistência social.
17. Combate a toda forma de preconceito e discriminação por motivo de classe, raça, cor, gênero, orientação sexual, deficiência, religião e geracional.
18. Pela defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão.
19. Por uma Universidade verdadeiramente inclusiva e para todes.

Em defesa do caráter público da USP

20. Reposição imediata de vagas de servidora(e)s por aposentadorias, mortes e rescisões de contratos, de modo a garantir a integralidade e a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão na USP.
21. Contratação de docentes e funcionária(o)s para creches, pré-escolas e Escola de Aplicação, repondo as vagas por aposentadorias, mortes e rescisões, bem como as de demissões provocadas pelas duas etapas do PIDV adotado pela gestão Zago-Agopyan.
22. Defesa da manutenção e ampliação das creches e contra a sua desvinculação da USP. Reabertura da Creche Oeste com condições adequadas

de funcionamento, como unidade de ensino, pesquisa e extensão. Pelo reconhecimento pleno de docentes da educação infantil.

23. Contratação de pessoal da área da saúde induzido pelo PIDV a deixar seus cargos, com vistas à reabertura de leitos, ambulatórios e pronto-atendimentos, recuperando a qualidade do HU como unidade de ensino, pesquisa e extensão. Manutenção de ações junto ao Ministério Público em defesa do HU, contra sua desvinculação da USP e todas as formas internas de privatização.
24. Luta por condições dignas e seguras de moradia no Crusp, incluindo a reforma das áreas que se encontram sem condição de uso e das que estão precarizadas, bem como a instalação de sistema de acesso adequado à internet.
25. Garantia de permanência estudantil adequada, por meio das diversas formas de gratuidade ativa, de modo a reverter a precarização das condições de vida e trabalho acadêmico de estudantes sócio e economicamente menos favorecida(o)s.
26. Luta pela implementação e consolidação — em todos os cursos de todas as unidades da USP — do sistema de cotas sociais, étnico-raciais, para pessoas com deficiência e pessoas transgênero.

27. Pela democratização do acesso e da permanência de estudantes na USP, com políticas e programas que visem a inclusão e a ampliação da diversidade, tendo como referências os avanços já conquistados há muito por meio de lutas dos movimentos sociais.
28. Acompanhamento crítico das atividades das cátedras da USP, com denúncia daquelas que se sobrepõem às atividades inerentes e que já são realizadas por suas unidades.

Terceirização e desvinculação do HU e assistência de saúde

29. Contra o processo de terceirização que permite à Reitoria continuar contratando trabalhadora(e)s em regimes precarizados, que com-

prometem as atividades de assistência à saúde, limpeza, segurança, assistência social, manutenção de espaços físicos e áreas externas, incluindo restaurantes e creches na USP.

30. Contra qualquer projeto de privatização, desvinculação ou desmonte do Hospital Universitário (HU) e dos equipamentos de saúde ligados à USP, com garantia de condições que mantenham a qualidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência à população.
31. Acompanhamento e avaliação crítica da implantação da nova política de cobertura assistencial de saúde vinculada a operadoras privadas, que exclui servidora(e)s aposentada(o)s e terceirizada(o)s.

Questões ambientais nos *campi*

32. Luta para que a USP se comprometa com um amplo e participativo processo de incorporação de diretrizes e procedimentos socioambientais e de Educação Ambiental nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e de gestão.
33. Pelo cumprimento das leis e princípios socioambientais que garantam a integridade física, mental e moral de estudantes, docentes e funcionárias(o)s em todos os campi e unidades da Universidade.
34. Exigência de que a USP se comprometa com a recuperação socioambiental plena da EACH, com apuração e punição das autoridades responsáveis pelo crime ambiental lá cometido, que levou à interdição de seu campus durante o primeiro semestre de 2014, e pelos danos causados a estudantes, docentes e funcionárias(o)s.
35. Acompanhamento do processo de recuperação socioambiental da EACH, que ainda tramita no Ministério Público Estadual, a partir das novas perícias realizadas no campus em agosto de 2021, cumprindo determinações judiciais e atendendo também solicitação da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital.
36. Compromisso com a integridade socioambiental dos campi da USP. Estímulo à imple-

mentação de Conselhos Gestores, que ampliem e democratizem a participação da gestão ambiental dos diversos campi, inclusive da própria Superintendência de Gestão Ambiental (SGA), permitindo a participação de representantes das comunidades de seus entornos nessas instâncias de gestão.

37. Cobrança de vigilância e ação dos colegiados responsáveis pelas gestões dos campi, para manter sua integridade, particularmente da EACH, localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) do Parque Ecológico do Tietê, ou daqueles que têm porções significativas em APAs, como é o caso dos campi de Lorena, Piracicaba, Ribeirão Preto, Pirassununga, São Carlos e São Paulo (Cidade Universitária e seu vizinho Instituto Butantã).

Fundações e cursos pagos

38. Defesa do caráter público e gratuito da Universidade, seja no acesso, seja na lógica do seu funcionamento, seja na destinação da sua produção.
39. Oposição à acumulação de cargos na administração da Universidade e em diretorias e conselhos curadores de fundações privadas, em especial no que se refere ao Conselho Universitário.
40. Defesa de que o conhecimento produzido nas instituições públicas — universidades e institutos de pesquisa — seja de domínio público e de livre acesso.
41. Defesa da gratuidade em todos os cursos oferecidos pela USP e/ou em seus espaços.
42. Combate a todo tipo de contratos, convênios e parcerias com entidades privadas que impliquem a delegação de atividades-fim da Universidade ou a administração de recursos públicos às mesmas.

C. ENTIDADE

1. Fortalecimento da organização de base da Adusp e do Conselho de Representantes (CR),

buscando ampliar a filiação e a participação da(o)s docentes na entidade e estimular seu engajamento nos Grupos de Trabalho temáticos, com especial atenção para a aproximação de docentes recém-contratada(o)s.

2. Manutenção da prática de promover visitas às unidades, incluindo as regulares aos campi do interior, e continuar oferecendo às e aos novos docentes concursada(o)s material de boas-vindas, contendo diversas publicações da Adusp.
3. Ampliação da presença da Adusp nos campi do interior, promovendo atividades, buscando a organização de coletivos locais [reunindo membros do CR, ex-diretora(e)s da Adusp, representantes da Diretoria e outras pessoas interessadas] e procurando estabelecer subsedes nos campi que ainda não contam com essa estrutura.
4. Fortalecimento do Fórum das Seis e do Andes-Sindicato Nacional. Apoio aos Grupos de Trabalho do Andes-SN, incentivando e viabilizando que a(o)s docentes interessada(o)s possam deles participar.
5. Manutenção e ampliação da atuação da assessoria jurídica nas questões gerais de interesse da(o)s docentes e na defesa da universidade pública e gratuita.
6. Discussão sobre a criação de uma assessoria psicológica a docentes, em especial nesse período pós-pandemia, para acolhimento e encaminhamento de casos quando for necessário.
7. Continuidade do debate sobre alteração na forma de contribuição à entidade, efetutando-se a cobrança de um percentual do salário bruto da(o) sindicalizada(o), ao invés de um percentual que incida apenas sobre o salário-base, tornando-a mais proporcional e não regressiva.
8. Desenvolvimento de materiais que tratem da história da Adusp, registrando sua importância nas lutas por direitos ao longo de quase 47

anos. Implantação do projeto de história oral na Adusp, a exemplo do que fez o Andes-SN.

D. SOCIEDADE

1. Defesa da educação superior pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, contrapondo-se aos vários ataques que promovem a precarização e o desmonte do sistema público de ensino superior brasileiro.
2. Luta, juntamente com o Fórum das Seis, por mais recursos públicos para a educação pública, incluindo a ampliação da dotação orçamentária das universidades estaduais e do Centro Paula Souza, de modo a fazer frente à significativa expansão ocorrida nas últimas décadas.
3. Luta para garantir políticas adequadas de acesso e permanência a todas as pessoas que queiram usufruir do direito ao ensino superior público de qualidade.
4. Combate às políticas para a educação que visem a legitimar, favorecer ou ampliar mecanismos de uso indiscriminado do Ensino a Distância, do ensino híbrido ou de qualquer modalidade mediada por tecnologia, em detrimento da educação presencial, sobretudo na formação inicial de professora(e)s.
5. Luta pela revogação do Novo Ensino Médio (NEM), que reforça o tratamento dual dessa etapa educacional no país: ensino de qualidade para a elite e ensino aligeirado para a massa da população. Não ao NEM!
6. Combate à adesão a qualquer programa de Escolas Cívico-Militares que permita a delegação de tarefas nas áreas de gestão educacional, administrativa e didático-pedagógica a militares.
7. Continuidade da luta pela aplicação de 10% do PIB nacional na educação pública.
8. Empenho na rearticulação de fóruns autônomos em defesa da escola pública em âmbito estadual e nacional.

9. Pelo direito à moradia digna e pela melhoria da qualidade do atendimento à saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), com adequado financiamento público.
10. Luta contra os mecanismos de sonegação e evasão fiscal; defesa de uma reforma tributária com base em impostos progressivos e distributivos, que incidam sobre a renda da parcela abastada da população, sobre o lucro de empresas, de rentistas e da transferência de propriedades e capitais.
11. Luta contra as terceirizações e privatizações dos serviços públicos.
12. Defesa de todas as conquistas democráticas, fortemente ameaçadas pelo finado governo federal, e que seguem sob risco por setores da sociedade alinhados à extrema direita. Combate à militarização da sociedade e a incitação à violência promovida pelo ex-governo Bolsonaro-Mourão e seus aliados. Fim da perseguição a lideranças políticas e sindicais e da impunidade para milícias e grileiros.
13. Contra o racismo, o capacitismo, o etarismo, a xenofobia, a violência sexual, de gênero e os ataques à comunidade LGBTQIA+.
14. Pela defesa dos povos originários, das comunidades tradicionais e quilombolas, suas culturas e seus territórios.
15. Pela defesa de todos os biomas brasileiros e dos direitos de todos os elementos naturais que os integram.
16. Apoio à luta pela reforma agrária e pelo fortalecimento da agricultura familiar numa perspectiva agroecológica.

Reafirmamos o compromisso de seguir no embate pela conquista de cada um dos pontos apresentados, alicerçada(o)s na luta pela base, em defesa da democracia, dos direitos sociais, da(o)s trabalhadora(e)s e demais agrupamentos oprimidos, de forma autônoma, independente de partidos políticos, de administrações, de ideologias e de crenças religiosas.

INCLUSÃO
VIDA E TRABALHO

PREVIDÊNCIA
CARREIRA

SAÚDE

DEMOCRACIA

NATUREZA

DIREITOS

UNIVERSIDADE PÚBLICA

CARREIRA

SOCIEDADE

PREVIDÊNCIA

PARIDADE

VIDA E TRABALHO

SAÚDE

SALÁRIO

INCLUSÃO

UNIVERSIDADE PÚBLICA

SEGURANÇA



Presidência: Michele Schultz

Fisioterapeuta pela PUC-Campinas, com doutorado em Ciências Morfofuncionais pelo ICB-USP. Docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades desde 2007 e orientadora pelo programa Neurociências e Comportamento do IPUSP. Atualmente é presidenta da Adusp.



1ª vice-presidência: Gabrielle Weber

Travesti e lésbica, é professora do departamento de Ciências Básicas e Ambientais da Escola de Engenharia de Lorena da USP e diretora regional da Adusp. Coordena o projeto Levantamento da Ciência LGBTQIA+ Brasileira e o Projeto Corpas Trans na USP.



2ª vice-presidência: Soraia Chung Saura

Professora na EEFÉ-USP, no campo da filosofia e antropologia. Em 2015 integrou a Rede Não Cala!, a partir de 2017, integra a coordenação da Rede, prestando assessoria em diversas unidades da USP, compondo GTs de trabalho em diferentes instâncias. Mãe de duas meninas.



1ª secretaria: Annie Schmaltz Hsiou

Professora associada da FFCLRP. É coordenadora do projeto “Pronta pra ser Cientista”, e da pesquisa nacional “Perfil de Gênero na Paleontologia Brasileira” em parceria com a rede de cientistas “Mulheres na Paleontologia”. Atualmente é 1ª vice-presidenta da Adusp.



2ª secretaria: Jorge Luiz Souto Maior

Professor livre-docente da Faculdade de Direito, desde 2002. Chefe do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social. Coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital, GPTC-USP, desde 2013.



1ª tesouraria: Márcio Moretto Ribeiro

Docente na EACH onde dá aulas para o curso de Sistemas de Informação na graduação e nos Estudos Culturais na pós-graduação. É um dos coordenadores do Monitor do Debate Político no Meio Digital e um dos autores do livro Escolas de Luta.



2ª tesouraria: Elvio Rodrigues Martins

Graduado em geografia pela UFRGS. Doutor em Geografia Humana pela USP. Professor Livre Docente da USP atuando no curso de Geografia e na pós-graduação em Geografia Humana. Dedicar-se a pesquisa em temas relacionados a interface geografia/filosofia.

DIRETORIAS REGIONAIS



Diretor de Bauru: Eliel Soares Orenha

Professor Doutor na FOB/USP. Diretor na regional da Adusp desde 2019. Atua como Cirurgião-Dentista Implantodontista autônomo e desenvolve atividades nas áreas de Saúde Bucal Coletiva, Deontologia e Odontologia Legal e Ergonomia.



Diretor de Lorena: Flávio Teixeira da Silva

Bacharel e licenciado em química, com mestrado e doutorado pela Unicamp. Atualmente é Professor Associado da Escola de Engenharia de Lorena da USP e membro do Conselho de Representantes da Adusp.



Diretor de Piracicaba: Paulo Eduardo Moruzzi Marques

Engenheiro agrônomo formado na ESALQ, com doutoramento em sociologia (IHEAL-Paris III) e pós-doutoramento no LADYSS-Paris X. Desde 2006 é docente da ESALQ, onde coordena o Grupo de Pesquisa em Agriculturas Emergentes e Alternativas do PPGI em Ecologia Aplicada/USP.



Diretor de Pirassununga: Marcelo M. De Luca de Oliveira Ribeiro

Graduado em Zootecnia pela USP, mestre e doutor em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo. Professor da FZEA, responsável pelas disciplinas “Sociologia”, “Sociologia Rural” e “Comunicação e Extensão Rural”. Atuou como Prefeito do Campus de Pirassununga de 2006 a 2013.



Diretora de Ribeirão Preto: Luciana Romano Morilas

Professora associada da FEA-RP. Trabalhou como advogada por mais de 10 anos nas áreas de direito do trabalho e direito de família. Coordena o grupo de pesquisa “Habeas Data - Grupo de Estudos e Pesquisa em Jurimetria”. Membro da Associação Brasileira Elas no Processo.



Diretor de São Carlos: Marcelo Zaiat

Graduado e Mestre em Engenharia Química pela UFSCar, Doutor em Engenharia Hidráulica e Saneamento, e Livre-Docente na área de Tratamento de Águas Residuárias pela USP. Professor da EESC desde 1998, atuando no curso de Engenharia Ambiental e na Pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental.

DIAS 10 E 11 DE MAIO VOTE NAS ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DA ADUSP